

Bloco sugere flexibilizar jornada e ampliar renda

Manifesto pela Liberdade é assinado por entidades empresariais

/ TRABALHO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Em meio à crescente pressão por mudanças na jornada de trabalho no Brasil - especialmente com propostas que buscam reduzir a carga semanal e rever modelos como a escala 6x1 -, um bloco de entidades empresariais gaúchas decidiu entrar no debate com uma agenda própria. O chamado Manifesto pela Liberdade na Jornada com Renda propõe uma combinação de flexibilização da jornada com aumento de renda, a partir da redistribuição de encargos sobre a folha de pagamento.

O documento é assinado por entidades como Federasul, CDL Porto Alegre, Federação Varejista do RS, Sindilojas Porto Alegre, Agas, Sescon-RS e Setcergs. Além delas, pelo menos outras 63 organizações do Estado já aderiram ao texto, que busca influenciar a discussão em curso no Congresso Nacional.

A iniciativa surge em um momento em que ganha força no debate público e político a proposta de redução da jornada semanal, com o possível fim da escala 6x1. No Congresso, a principal aposta do governo de Luiz Inácio Lula da Silva é a PEC 148/2015, que prevê a redução da carga horária para 36 horas semanais - embora haja, nos bastidores, discussões sobre uma convergência para 40 horas - e já está pronta para análise no plená-



GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ/JC

Iniciativa surge no auge da discussão do fim da jornada 6x1

rio do Senado. Mas, conforme o vice-presidente jurídico da Federasul, Milton Terra Machado, o manifesto não é uma reação contrária ao debate, e sim uma tentativa de qualificá-lo. “O objetivo é trazer o tema à tona para que toda a sociedade participe do debate, que não pode ser simplificado. Uma eventual redução de jornada precisa estar baseada em premissas claras, como ganhos de produtividade e viabilidade econômica”, afirma.

Segundo ele, a principal preocupação é com os efeitos práticos de uma mudança uniforme. “Há setores que já operam em modelos de jornada menores, como escritórios de advocacia ou clínicas médicas, e tendem a se adaptar melhor. Já outros, como comércio e pequenos negócios, dependem do funcionamento aos sábados e teriam dificuldades”, defende.

Essa preocupação também

aparece no texto do manifesto, que relaciona a discussão da jornada à estrutura de custos da economia: “Precisamos enfrentar os encargos abusivos sobre a folha de pagamento, para a que redução de jornada não se transforme em mais trabalho para complementar a renda que falta nas famílias”. Na avaliação das entidades, propostas que reduzem a jornada padrão sem alterar essa estrutura podem acabar gerando efeitos colaterais. “Na prática, isso pode levar ao pagamento de mais horas extras, sem necessariamente reduzir os dias trabalhados”, aponta Machado.

A defesa de soluções setoriais, com maior espaço para negociação, aparece como um dos eixos centrais do manifesto. A ideia é evitar mudanças constitucionais que estabeleçam um modelo único para toda a economia.

Manifesto pede incorporação de encargos aos salários

Outro ponto-chave do documento é a proposta de incorporar parte dos encargos trabalhistas diretamente aos salários. Hoje, segundo Machado, a soma das contribuições previdenciárias de empregados e empregadores pode se aproximar de 50% da remuneração. A proposta é explicitada com números. As entidades defendem “incorporar 30% dos encargos da folha de pagamento diretamente como aumento dos salários dos trabalhadores”, o que, segundo o texto, poderia elevar a renda líquida sem aumentar o custo total das empresas. Como exemplo, o documento afirma que um trabalhador

que hoje recebe R\$ 2.400 líquidos poderia passar a receber R\$ 3.120 “nas mesmas 44 horas semanais, com mais renda por hora trabalhada e maior liberdade para ajustar a jornada conforme o setor”.

A lógica defendida pelas entidades é que, ao reduzir o peso dos encargos e permitir maior flexibilidade, seria possível elevar a renda sem pressionar o custo empresarial. O argumento, no entanto, está diretamente condicionado a uma reestruturação do gasto público - ponto central do manifesto, que cobra uma reforma administrativa e maior eficiência da União. “Estamos carregando por tempo demais

um Estado pesado e ineficiente”, diz o documento, ao defender que o governo federal “precisa fazer o dever de casa, buscando recursos públicos pela reforma administrativa, corte de excessos e melhora da sua eficiência”. Nas relações de trabalho, o bloco aposta na negociação coletiva como instrumento para equilibrar interesses. “A ideia é que isso ocorra por meio de acordos coletivos, com participação dos sindicatos, como já acontece em diversos temas trabalhistas. Cada setor teria autonomia para definir o que é viável, considerando suas particularidades”, afirma Machado.



Sesi-RS conscientiza jovens sobre empatia

O perfil das infrações cometidas por jovens está mudando. O furto e o roubo estão cada vez mais dando lugar a crimes violentos e que envolvem as redes sociais”. Com este alerta, Gabriela dos Santos Lusquinhos, promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro e referência no tema no país, começou sua palestra no Teatro FIERGS. O evento buscou promover respeito e empatia no ambiente escolar e nas redes sociais e reuniu alunos do 1º e 2º anos do Ensino Médio de oito escolas do Sesi-RS (Sapucaia, Gravataí, Montenegro, São Leopoldo, Canoas, Lajeado, Bento Gonçalves e Novo Hamburgo). O encontro integrou o Protocolo Eu Te Vejo, projeto preventivo contra a violência escolar e o cyberbullying desenvolvido pela Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que busca mapear pontos sensíveis e propor estratégias de acolhimento.

Durante a palestra, Gabriela alertou que atos infracionais envolvendo roubo e furto vêm dividindo espaço com crimes mais violentos, muitas vezes articulados em plataformas online como o Discord. “Tudo o que você faz na internet deixa rastro. Cuidado com o que você compartilha, mesmo em redes sociais só com amigos”, alertou a palestrante aos estudantes. Gabriela também abordou temas como racismo, homofobia e capacitismo ao longo da conversa. Para buscar soluções conjuntas, interagiu com os jovens e convidou alunos ao palco para esclarecer dúvidas e ouvir suas ideias. Ela incentivou o uso positivo das redes: “Aproveitem o potencial da internet para compartilhar coisas boas, mensagens positivas, e não conteúdos nocivos”.

A abordagem gerou impacto e emoção entre o público presente. Para Cassiano Zolet Busatto, professor de Física da Escola Sesi de Lajeado, é fundamental fazer com que os jovens pensem sobre questões que os impactam diretamente, como a exposição nas redes sociais. “É essencial criarmos esse repertório nos estudantes e ter conhecimento sobre os crimes que são mais cometidos, ouvir pessoas que têm conhecimento sobre isso”, avaliou o docente.

Além do evento na capital, as atividades do projeto também chegaram diretamente às escolas. O próximo passo envolverá uma palestra online da promotora Gabriela dos Santos Lusquinhos direcionada aos responsáveis dos alunos participantes, com o objetivo de estender o debate e as reflexões também ao núcleo familiar.



ARTHUR AMANDIO

Gabriela dos Santos Lusquinhos, promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, proferiu palestra, no Teatro FIERGS, para alunos do 1º e 2º anos do Ensino Médio de oito escolas do Sesi-RS.